



LT TRIÂNGULO S.A.

CNPJ nº 07.272.615/0001-16

Relatório da administração (em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da LT Triângulo S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. 2. A Companhia: A LT Triângulo S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 2 de março de 2005 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. 3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio - No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou o montante de R\$ 43.157 referente a dividendos e juros sobre capital próprio. (b) Receita Anual Permitida (RAP) - A RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 79.576, uma redução de 27,4% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 que foi de R\$ 109.562, decorrente da redução de 50% da RAP, prevista no Contrato de Concessão para o 16º ano de entrada em operação com impacto a partir de julho de 2024. O efeito total da redução da RAP ocorrerá no ciclo 2025-2026. Os valores são reajustados anualmente pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). (c) Disponibilidade da linha de transmissão - A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios de 2024 e 2023 foi de 99,96% e 100%, respectivamente. 4. Governança corporativa: As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. (a) Diretoria - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão do interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. (b) Conselho fiscal - O Conselho Fiscal, não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. 5. Declaração da Diretoria: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Table with columns: Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais) and Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Fornecedores, Salários e encargos a pagar, etc.

Table with columns: Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais) and Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais). Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Lucros acumulados, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
1 Contexto operacional: A LT Triângulo S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 2 de março de 2005 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juro efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. 6.3 Ativo de contrato - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de 8% de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de desempenho de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. 6.4 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

Table with columns: Norma and Vigência. Rows include Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21), Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza - Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7, IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (substituirá o CPC 26/IAS 1), etc.

8 ÍTENS E VALORES MOBILIÁRIOS: A Companhia aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98,23% (100% em 2023) do DI com vencimento entre setembro de 2025 e janeiro de 2026. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB.
9 Concessionárias e permissionárias - 2024 2023
A vencer 7.089 9.947
Até 3 meses 1.152 522
De 3 a 12 meses 176 881
Acima de 12 meses 1.553 1.405
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i) (1.553) (1.405)
8.417 11.350

Table with columns: Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais). Rows include Receita operacional líquida, Custos operacionais, Lucro bruto, Despesas gerais e administrativas, etc.

Table with columns: Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais). Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, etc.

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.



Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 11 de março de 2025.

LT TRIÂNGULO S.A.
CNPJ nº 07.272.615/0001-16

	2024	2023
Circulante	4.868	4.659
Não circulante	33.840	34.392
	38.708	39.051

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (IVA dual) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do (IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos	2024	2023
Imposto de renda	67.553	63.285
Contribuição social	24.319	22.782
	91.873	86.067

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para perda de crédito esperada	(1.553)	(1.405)	(528)	(478)
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	271.767	254.542	92.401	86.544
	270.214	253.136	91.873	86.067

14 Contingências: (a) **Serviço administrativo** - A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 não há processos avaliados com risco de perda provável (R\$ 250 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor com risco de perda possível avaliado pela administração e suportado pelos assessores jurídicos é de R\$ 1.310 e R\$ 1.080, respectivamente. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento. (b) **Tributário** - A Companhia possui processos administrativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Superior Tribunal Federal (STF) julgou os processos como improcedentes. Os processos foram suspensos não ocasionando em nenhum custo para a Companhia. **15 Patrimônio líquido:** (a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 171.600 dividido em 171.600.000 (cento e setenta e um milhões e seiscentos mil) ações ordinárias e nominativas, de valor nominal de R\$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela CRTE. (b) **Reserva de lucros** - i. **Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 2.096 e R\$ 1.840, respectivamente. ii. **Reserva de retenção de lucros** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 19 de dezembro de 2023 os acionistas aprovaram a transferência do montante de R\$ 74.251 da conta "Reserva de lucros a realizar" bem como aprovaram o pagamento de R\$ 49.000 como dividendos adicionais. Em 24 de outubro de 2024 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 10.000 como dividendos adicionais. iii. **Reserva de lucros a realizar** - Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6. Em 19 de dezembro de 2023 os acionistas aprovaram a transferência do montante de R\$ 74.251 para a conta "reserva de retenção de lucros". iv. **Dividendo adicional proposto** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, que será paga, mediante aprovação dos acionistas, observando as Obrigações das Debêntures CRTE conforme descrito na nota explicativa 1.1. Em 1 de junho de 2024 por meio da Assembleia Geral Ordinária (AGO) foi aprovada a destinação dos R\$ 17.479 para dividendos adicionais a pagar. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado para dividendos adicionais foi de R\$ 19.914 e R\$ 17.479, respectivamente. (c) **Dividendos mínimos obrigatórios** - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	41.925	36.797
(-) Reserva legal (5%)	(2.096)	(1.840)
Base de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	39.829	34.957
Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	12.000
IRRF a pagar sobre JSCP	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.914	5.479
	19.914	17.479

16 Receita operacional líquida	2024	2023
Remuneração do ativo	90.226	67.502
Receita de operação e manutenção	15.218	14.562
Outras receitas	3.452	2.203
Parcela variável (indisponibilidade)	(1.040)	(6)
Receita bruta	107.856	84.261
Pis e Cofins correntes	(9.860)	(12.637)
Pis e Cofins diferidos	343	5.825
Encargos setoriais	(3.822)	(5.330)
Deduções da receita	(13.339)	(12.143)
Receita operacional líquida	94.517	72.119

(a) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas. A composição do saldo da parcela variável está apresentada a seguir.

	2024	2023
Reator Nova Ponte	(i) (724)	-
Reator LT Itumbiara	(ii) (159)	-
Disjuntor Subestação Itumbiara	(42)	-
Outros	(115)	(6)
	(1.040)	(6)

(i) Em dezembro de 2024 ocorreu um desligamento relacionado ao reator na subestação Nova Ponte. A Companhia realizou as inspeções e os ajustes necessários para retomar a operação. (ii) Em abril de 2024, ocorreu um desligamento na LT Itumbiara relacionado ao reator. A Companhia realizou as inspeções e os ajustes necessários para retornar a operação. (b) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Reserva global de reversão (RGR)	(2.527)	(3.537)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(907)	(1.249)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(388)	(544)
	(3.822)	(5.330)

17 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais	2024	2023
Pessoal	(10.821)	(8.546)
Manutenção de subestação	(i) (4.544)	(3.260)
Serviço de operação e manutenção	(ii) (3.311)	(3.228)
Contrato de compartilhamento de instalação	(1.366)	(1.397)
Consultorias	(237)	(442)
Vigilância e segurança	(982)	(666)
Viagem e hospedagem	(767)	(534)
Material	(939)	(836)
Outros	(2.685)	(1.772)
	(25.652)	(20.682)

(i) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura no montante de R\$ 1.292 referente a custos com manutenção da atividade, de R\$ 1.492 referente a aquisição de novos veículos para frota, R\$ 856 de projetos melhorias internas e R\$ 904 referente a aquisição de máquinas e equipamentos sobressalente. (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 20.

(b) Despesas operacionais	2024	2023
Prestação de serviços administrativos	(i) (3.299)	(3.299)
Pessoal	(1.212)	(762)
Consultorias	(322)	(284)
Diversos	(311)	(116)
	(5.144)	(4.461)

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo conforme nota explicativa 20.

18 Resultado financeiro	2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	1.416	4.541
Outras receitas	56	724
Receitas financeiras	1.472	5.265
Juros sobre capital próprio	(896)	(746)
Outras despesas	(896)	(746)
Despesas financeiras	(896)	(746)
	576	4.519

A redução é relacionada ao saldo de caixa investido durante o exercício de 2024. Conforme nota explicativa 1.2, no ciclo 2024-2025 houve o início do processo de redução de 50% da RAP da Companhia.

19 Imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Reposto antes dos impostos	63.733	49.335
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(21.645)	(16.774)
Juros sobre capital próprio	-	4.080
Incentivo fiscal - IRPJ	(a) 586	211
Adições	(749)	(55)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(21.808)	(12.538)
Alíquota efetiva	34%	25%

(a) A composição do incentivo fiscal está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Operações de caráter cultural e artístico	293	30
Esporte e cultura	147	121
Fundo da criança e adolescente	73	30
Fundo nacional do idoso	73	30
	586	211

20 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais e mútuas	Passivo		Resultado	
Tipo de transação	índice de correção	Vencimento	2024	2023
Celeo (i) Backoffice	IPCA	5 anos 2024	-	(3.299)
Celeo (ii) O&M	IPCA	5 anos 2026	499	240
			(3.311)	(3.228)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "serviços de terceiros - despesas operacionais"; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "serviços de terceiros - custos operacionais". **(b) Remuneração da administração** - Em 2024 e 2023 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

(c) Dividendos	2024	2023
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	15.679	21.782
Aprovação dos dividendos adicionais oriundos das reservas de retenção de lucros	27.479	73.239
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(43.157)	(95.021)
Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio (líquido do IRRF)	19.914	15.679
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	19.915	15.679

21 Gestão de riscos financeiros: (a) **Considerações gerais e políticas** - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades dos diretores pelas demonstrações financeiras** - Os diretores da Companhia são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que eles determinaram como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, os diretores são responsáveis pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que os diretores pretendam liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

o gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactam as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao equilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descalamentos entre recebimentos e desembolsos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estiver em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

Risco	Cenários		
	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(1.978)	(1.484)
		(989)	(989)

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12% e 4,89%) foi considerado conforme relatório Focus de 3 de janeiro de 2025. A TJLP para o cenário provável (7,43%) foi considerada conforme relatório de mercado de dezembro de 2024. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Hierarquia do valor justo	2024	2023	Custo amortizado		
			VJR	VJR	VJR
Caixa e equivalente de caixa			67		95
Títulos e valores mobiliários	8	Nível II	16.485		16.355
Concessionárias e permissonárias	9		8.417		11.350
Ativos Financeiros			8.484	16.485	11.444
Fornecedores			1.009		997
Passivos Financeiros			1.009		997

22 Cobertura de seguros: A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2024 a 30.06.2025	125.135
Responsabilidade civil	30.06.2024 a 30.06.2025	20.000
D&O	31.07.2024 a 16.04.2025	50.000

José Mauricio Scovino de Souza Diretor
Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo Contador CRC-RJ 111913/0-8

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o provavelmente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelos diretores. • Concluímos sobre a adequação do uso, pelos diretores, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2025
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC SP000160/F-5
Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

PWC